

ACERTO DE CONTAS: Renegociação de dívidas mobiliárias com a União ajudou a equilibrar o Orçamento de São Paulo

Poucos estados obedecem ao limite da Lei Camata

Quase todos os governos não respeitam dispositivo que proíbe gastos acima de 60% da arrecadação com funcionalismo

48

Cláudia Schüffner, Regina Eleutério,
Aguinaldo Novo e Letícia Lins

• RIO, SÃO PAULO, BRASÍLIA e RECIFE. Os governadores eleitos em 1998 vão herdar um problema crônico nas finanças públicas brasileiras: mais despesas do que receitas, sobretudo com o pagamento do funcionalismo. Quase todos os estados não conseguem restringir a folha de salários a 60% da arrecadação, como prevê a Lei Camata. O quadro deverá ser agravado pela retração da economia, reduzindo a receita tributária.

O Estado do Rio, por exemplo, já vem arrecadando menos desde 95, primeiro ano do Governo Marcello Alencar. Naquela época, o ICMS respondia por 70% da receita, e no ano passado caiu para 37%. Para 99, pelo menos no papel, o orçamento será maior: R\$ 17,8 bilhões, contra R\$ 17,2 bilhões este ano. Por outro lado, a dívida estadual saltou de R\$ 11,1 bilhões em 95 para R\$ 14,9 bilhões em 98.

O endividamento dos estados, mesmo renegociado, é tão sério que o governador do Espírito Santo, Vitor Buaiz (PV) — que apoiou a eleição de seu sucessor, José Inácio Ferreira, do PSDB — quer rediscutir os termos do acordo com o Ministério da Fazenda. O pagamento compromete 6% das receitas do estado, contando aí os repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

— Fomos para o fundo do poço e agora está difícil até rolar essa

dívida — reclama Buaiz. — Passadas as eleições, a sociedade tem que sentar para discutir.

Em São Paulo, a expectativa do Governo é repetir o resultado de 97 e fechar o balanço deste ano com equilíbrio entre receita e despesas. Em 97, São Paulo registrou superávit orçamentário de R\$ 82 milhões, o que não acontecia desde 86. Para 98, a previsão é conseguir novo superávit.

Renegociação de dívida equilibró contas em São Paulo

Contando com o dinheiro arrecadado com a cobrança de impostos, transferências do Governo federal e ganhos de capital (privatizações, aplicações), o secretário estadual da Fazenda, Yoshiaki Nakano, espera fechar o ano com receita de R\$ 36,9 bilhões — contra R\$ 37,5 bilhões no ano passado. A proposta de orçamento para 99 prevê um volume ainda menor: R\$ 36,367 bilhões.

Nakano diz que o estado tem cortado fundo no custeio da máquina administrativa, mas a principal razão do equilíbrio das contas foi o acordo para renegociar R\$ 59,4 bilhões em dívidas mobiliárias (títulos), assinado em dezembro com a União. Sem isso, o secretário calcula que o débito total chegaria hoje a R\$ 70 bilhões, com o desembolso de R\$ 20 bilhões ao ano só em juros.

Pelos dados da Secretaria da Fazenda, os gastos com a folha de pagamento consomem entre 63% e 64% da receita total. O número

de servidores é de 1,083 milhão (35% deles aposentados), 225 mil a menos do que no início de 95.

Já o governador reeleito do Paraná, Jaime Lerner, promete apertar o cinto em 99. O primeiro alvo podem ser os 200 mil funcionários (35% aposentados), que consomem 70,5% da arrecadação.

— Enfrentamos uma nova realidade mundial e todos os estados terão de se adequar — afirma a vice-governadora Emília Belenatti, acrescentando que, além do gasto com salários, o Paraná tem de desembolsar anualmente cerca de R\$ 150 milhões com os juros da dívida.

Ao contrário do Paraná, a situa-

ção de Pernambuco é crítica. Nos últimos anos, o estado acumulou um déficit de R\$ 405,5 milhões, está em dificuldades para pagar o funcionalismo e deverá sofrer um corte de R\$ 416 milhões no orçamento do próximo ano. Só o déficit de 98 chega a R\$ 165 milhões. O percentual da folha de pagamento caiu de 82% para 71,5% da receita, mas mesmo assim está acima do previsto.

Bahia tem máquina enxuta e dinheiro para investir

O secretário estadual de Planejamento, João Recena, pedirá amanhã ajuda à equipe de Jarbas Vasconcelos, o governador eleito,

para obter do Governo federal antecipação das receitas de privatização da Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) e do Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe). O Bandepe será privatizado em 98 e a Celpe em 99.

Com um PIB de US\$ 38 bilhões e crescimento de 2,5% na arrecadação de ICMS em 1998, a Bahia não tem muito do que se queixar. O governador eleito César Borges (PFL) encontrará uma máquina considerada enxuta e tem dinheiro para investir.

Os baianos atribuem a saúde financeira do estado a um trabalho que teve início em 91, com Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). O então governador da Bahia implantou a reforma administrativa e impediu a proliferação de novos municípios.

Como a Bahia, o Ceará entra em 99 com a máquina enxuta, contas em dia e dinheiro para investir. Reeito, o governador Tasso Jereissati (PSDB) prepara-se, agora, para executar o seu projeto mais ambicioso: a transposição de bacias do Ceará. Com a iniciativa, ele pretende levar água a municípios afetados pela seca. Hoje, o Ceará gasta 52,3% com a folha de pagamento, 12% com custeio, 12% com pagamento da dívida e aplica os 16% em investimentos.

O Governo do Distrito Federal gasta 76% da sua arrecadação com o funcionalismo e precisaria demitir 23 mil servidores para se adequar à Lei Camata. Mas um

corte dessa dimensão provocaria o caos na economia local, ainda muito dependente da renda do funcionalismo público.

Sede administrativa do país, Brasília ainda conserva alguns privilégios orçamentários. Dois terços do funcionalismo público local — os da segurança pública, por determinação constitucional, e os da saúde e educação, por uma tradição — são pagos pela União. Por mês, são desembolsados R\$ 200 milhões com a folha salarial, dos quais R\$ 140 milhões vêm do Tesouro.

DF tem R\$ 45 milhões ao mês para custear máquina e investir

Dos 145 mil servidores do Distrito Federal, 99 mil são diretamente bancados pelo Governo federal. O Distrito Federal ainda complementa a conta, algo como R\$ 15 milhões ao mês, a título de conquistas salariais ou decisões da Justiça que a União se recusa a cumprir. Como o DF arrecada cerca de R\$ 100 milhões em receita própria, principalmente ICMS e ISS, sobram para custeio da máquina e investimentos cerca de R\$ 45 milhões ao mês.

As transferências federais, todavia, vêm minguando a cada ano, obrigando o DF a buscar criar uma economia competitiva, como as demais unidades da federação, e a gerar fontes próprias de receita, melhorando a máquina administrativa. ■

COLABOROU Vannildo Mendes

UMA CONTA ELEVADA*

Acre	53,6%	Paraná	70,5%
Amapá	50,7%	Paraíba	50,6%
Amazonas	36,1%	Pernambuco	71,5%
Alagoas	92,6%	Piauí	72,5%
Bahia	52,9%	Rondônia	68,0%
Ceará	52,3%	Roraima	18,1%
Distrito Federal	79,1%	Rio de Janeiro	78,7%
Espírito Santo	68,1%	Rio Grande do Norte	68,1%
Goiás	62,8%	Rio Grande do Sul	83,6%
Maranhão	64,4%	São Paulo	63,6%
Minas Gerais	76,7%	Santa Catarina	67,4%
Mato Grosso	55,1%	Sergipe	61,1%
Mato Grosso do Sul	74,5%	Tocantins	46,6%
Pará	51,4%	Média	62,6%

FONTE: Ministério da Administração

*Relação entre gastos com pessoal e receita líquida em 1997